

Raunheitti recorre ao STF já tentando evitar cassação

BRASÍLIA — O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) entrou ontem com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), na tentativa de impedir qualquer processo de cassação. Raunheitti é o primeiro parlamentar ameaçado de cassação pela CPI que investiga a Máfia do Orçamento a tentar evitar a perda de mandato, antes mesmo das conclusões do relatório final da Comissão. Numa ação cautelar preparatória, com pedido de liminar, Raunheitti expõe em 14 páginas uma ampla defesa, na qual tenta desmoralizar as denúncias de que unidades de ensino e institutos mantidos pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu e ligadas a ele receberam subvenções sociais.

“É inconcebível a formulação de juízos com base em noticiários de jornais e da imprensa, que, por intermédio de seus veículos de comunicação, têm exercido função de elevado risco para o ideal de Justiça”, diz no recurso o advogado Júlio César da Silva, defensor de Raunheitti.

Na ação, o parlamentar frisa que não lhe foi atribuída qualquer conduta que pudesse merecer “reprovabilidade imediata”. Raunheitti afirma não ter sido apontado como “articulador de esquemas com empreiteiras, nem acusado de ter oferecido di-



Magalhães explica a Passarinho, Klein e Garibaldi sua posição sobre Fiúza

nheiro para a obtenção de vantagens”. O deputado argumenta ainda que não teve seu nome ligado a qualquer ação para favorecer municípios mediante recebimento de contrapartidas ilícitas.

Conforme a ação, o nome de Raunheitti só foi submetido à análise da CPI por ter destinado verbas do Orçamento para beneficiar entidades assistenciais do Rio de Janeiro. O parlamentar destaca que não é dono de nenhuma entidade educacional, mas apenas “teve o mérito de

reunir um grupo de sonhadores que se dedicou a melhorar a carente região fluminense, instmando o ensino superior”.

●FUNDAÇÃO — Dois auditores do Tribunal de Contas da União estiveram ontem na Fundação Roberto Marinho para analisar convênios firmados entre a entidade e o Governo federal. Segundo o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) — autor do pedido de diligência à CPI do Orçamento — não foi encontrada qualquer irregularidade no terceiro dia da auditoria.

Edivaldo Ferreira

Briga regional inibe o relator da CPI

BRASÍLIA — Uma briga entre lideranças de Pernambuco provocou o afastamento do relator-geral Roberto Magalhães (PFL-PE) do processo de investigação do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que voltará depor na CPI da máfia do Orçamento para explicar as novas denúncias de José Carlos Alves dos Santos. A substituição foi pedida pelo próprio Magalhães, que se sentiu impedido de ser o relator de Fiúza, depois de ser desafiado pelo deputado Fernando Lyra (PSB-PE) através do “Jornal do Comércio”, de Pernambuco:

— Eu só digo que o Magalhães é macho se tiver coragem de casar o Fiúza — desafiara Lyra.

No dia 3 de janeiro, Magalhães pediu ao presidente da CPI, Jardim Passarinho, que designasse um relator especial para o processo de Fiúza e ontem avisou que também não relatará o caso do deputado Miguel Arraes (PSB-PE).

— Fui posto numa posição de algoz com o desafio de Lyra. No caso de Arraes, se pedir sua cassação, vão dizer que o relator está se valendo da função para atingir o inimigo. Se não pedir, vão dizer que recuei — disse Magalhães.

O senador Élcio Álvares (PFL-ES) disse que só aceitará a relatoria do caso Fiúza se for “comissão”.